

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – 10h00

- A requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre subfinanciamento e precariedade no Ensino Superior;
- A requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre o recuo na equiparação de graus académicos para efeitos de concursos e outros.

5. Discussão de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto
- [Projeto de Resolução n.º 1826/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Reconhecimento do tempo de serviço de professores colocados em horários incompletos
- [Projeto de Resolução n.º 1840/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Tempo de trabalho declarado à Segurança Social dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial

6. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes
- [Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH

7. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para audição do Senhor Ministro da Educação a propósito da aprovação em Conselho de Ministro de Decreto-Lei referente à contagem do tempo de serviço de professores e educadores

- Apreciação e votação

8. Outros Assuntos

9. Data da próxima reunião

- A fixar

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

Adiado.

3. Comunicações do Presidente

O Senhor Presidente lembrou que a audição do Senhor Ministro da Educação, por requerimentos do CDS-PP, do PSD e do PCP, terá lugar no dia 17/10, a partir das 10h00.

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – 10h00

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, informando que o mesmo se encontrava presente para audição no âmbito de dois requerimentos, a saber, [do Grupo Parlamento do PCP, sobre o subfinanciamento e precariedade no Ensino Superior](#), e do [Grupo Parlamentar do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre o recuo na equiparação de graus académicos para efeitos de concursos e outros](#). Indicou, ainda, a grelha de tempos disponíveis, iniciando pela audição do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Dada a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), esta começou por referir que o motivo da presente audição era claro, versando sobre o subfinanciamento económico que afeta o Ensino Superior e a Ciência, não contribuindo, assim, para a existência de um serviço público de qualidade, pelo que é preciso assegurar que existe essa verba. Expôs, depois, que o subfinanciamento compromete o regular funcionamento das instituições, tendo, ainda, influências a muitos outros níveis, como seja o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), onde há notícia de instituições a quererem reverter o processo por falta de financiamento, exemplificando com a Universidade do Algarve, a Universidade da Beira Interior e a Universidade de Lisboa. Prosseguiu, referindo que não se encontra a ser respeitado o diploma do emprego científico, havendo entraves à contratação, também com fundamento na falta de financiamento.

Questionou, ainda, qual o estado do diploma dos leitores das universidades.

E concluiu, abordando a questão do alojamento universitário, referindo que não obstante os esforços desenvolvidos, estes ficam muito aquém do necessário, perguntando, concretamente, qual o ponto de situação da Residência de Rio Maior.

O Senhor Ministro procedeu aos esclarecimentos tidos por necessários, abordando o início do ano letivo e as ações de acolhimento, a contratação de docentes e o PREVPAP.

Seguiram-se intervenções da Senhora Deputada Margarida Mano (PSD), do Senhor Deputado Alexandre Quintanilha (PS), substituído na Presidência da Comissão pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) para efeitos de intervenção em nome do seu Grupo Parlamentar, do Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) e da Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), tendo o Senhor Ministro respondido de forma isolada a cada uma das intervenções, prestando os devidos esclarecimentos.

A audição terminou com intervenção da Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que sublinhou que as instituições têm beneficiado do recurso a trabalhadores precários, devendo esta situação ser revertida e corrigida, motivo pelo qual se justifica assegurar o financiamento. E concluiu, dizendo, que muito ficou por responder, questionando, de forma direta, se o Senhor Ministro garantia que nenhum trabalhador ficaria de fora por falta de funcionamento das instituições, e que medidas iria adotar para assegurar o cumprimento da lei, bem como se era verdade que o Ministro tem recebido cartas de instituições a pedir a não homologação dos pareceres favoráveis da Comissão de Avaliação Bipartida. Reiterou, ainda, as questões relativas com os leitores das universidades, com a Residência de Rio Maior, com a dependência da Ação Social dos fundos europeus, e com para quando terminaria o diferencial de tratamento que tem vindo a ser dado ao nível das progressões, tendo o Senhor Ministro prestado os devidos esclarecimentos.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Seguiu-se a audição a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo sido dada a palavra à Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) que expôs que o requerimento do seu Grupo Parlamentar versa sobre a equiparação dos graus de Bolonha, nomeadamente para efeitos de concursos públicos. Descreveu que no ano de 2016 o seu Grupo Parlamentar apresentou a [pergunta n.º 1788/XIII/2.ª](#) ao Governo, quanto a esta matéria, tendo o gabinete do ministro [respondido](#) apenas no que respeitava à questão dos graus de bacharéis. O CDS-PP insistiu com a [pergunta n.º 675/XIII/3.ª](#) e, em 16 de março de 2018, em [resposta](#), o gabinete do senhor ministro referiu que iria ser incluída uma disposição legal com vista à equiparação dos graus de bacharelato e de licenciatura pré-bolonha a, respetivamente, licenciatura e mestrado pós-bolonha, avançado já com uma proposta de redação para a mesma. Referiu, depois, que publicado [Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto](#), que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, constatou-se a ausência de norma deste teor.

Reportou-se, depois, ao processo de descongelamento de carreiras na Administração Pública cujo impacto financeiro não foi devidamente acautelado, e ao facto de se ter acabado com os mestrados integrados na área das engenharias, questionando se o objetivo é o financiamento indireto das universidades, por via das propinas. Terminou, perguntado qual a explicação para o retrocesso na medida e qual o peso que destas duas medidas na decisão tomada.

O Senhor Ministro prestou os esclarecimentos tidos por necessários, começando por abordar a questão das vagas do ensino superior, e referindo-se, depois à questão da equiparação, sublinhando que a proposta de revisão inicial não incluía esta equiparação e que a proposta final também não a inclui. No que respeita à questão das engenharias, informou ter recebido proposta da ordem dos engenheiros, apoiada no exemplo espanhol, e fundamentada com o facto de a participação dos engenheiros portugueses ser desvalorizada, uma vez que detinham formação inferior a 5 anos, duração esta exigida em Espanha.

Seguiram-se intervenções da Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD), da Senhora Deputada Elza Pais (PS), do Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), da Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e da Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) tendo o Senhor Ministro respondido de forma isolada a cada uma das intervenções, prestando os devidos esclarecimentos. No decurso da resposta à intervenção da Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD), foi pedida a palavra pelo Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD), pedindo ao Senhor Presidente que relembresse o Senhor Ministro do respeito que lhe merecem os deputados desta casa, nomeadamente a referida deputada, em virtude da forma como o Senhor Ministro se dirigiu a esta, tendo o Senhor Ministro anuído.

Por fim, foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) que voltou a sublinhar que foi o Governo que abriu a consulta pública do processo de revisão do regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e que foi durante essa mesma consulta que o Governo redigiu a norma já exposta, informando, por escrito, o teor de tal norma a um Grupo Parlamentar. Mencionou que a proposta inicial e a final até podem coincidir nesta matéria, mas que isso não afasta o facto de ter sido o Governo o proponente desta alteração que, afinal, era só uma mera intenção, questionando o que fazer quanto às pessoas que tiveram a expectativa de poderem ser equiparadas, concretamente, para efeitos de concursos. Terminou, aludindo que a realização de um estudo sobre como alterar o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) não é tarefa fácil e que tem dúvidas que uma simples alteração ao QNQ resolva isto.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Discussão de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto
- [Projeto de Resolução n.º 1826/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Reconhecimento do tempo de serviço de professores colocados em horários incompletos
- [Projeto de Resolução n.º 1840/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Tempo de trabalho declarado à Segurança Social dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial

Os Projetos de Resolução foram apresentados pelas Senhoras Deputadas Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE) e Susana Lamas (PSD), tendo feito também intervenções na discussão as Senhoras Deputadas Sónia Fertuzinhos (PS) e Ilda Araújo Novo (CDS-PP).

A informação da discussão e a gravação estão disponíveis nos Projetos de Resolução.

6. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes
- [Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH

Adiado, a pedido do PCP.

7. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para audição do Senhor Ministro da Educação a propósito da aprovação em Conselho de Ministro de Decreto-Lei referente à contagem do tempo de serviço de professores e educadores

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) fez a apresentação do requerimento, referindo que o decreto-lei que procede à definição do modelo de recuperação do tempo de serviço dos docentes, cuja contagem esteve congelada de 2011 a 2017, não respeita o que foi negociado no ano passado e o artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, bem como a proposta atual dos sindicatos e defendeu a necessidade de se conhecerem os critérios adotados pelo Governo e se o mesmo quer terminar o processo nos termos em que ele está atualmente.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) defendeu que o requerimento revela as incoerências do Governo e da sua relação com o BE e o PCP. Indicou ainda que o PSD não estará contra a audição, mas entende que não vai resolver a questão.

A Deputada Susana Amador (PS) informou que não obstaculizariam a audição, propondo que a mesma, a ser aprovada, fosse junta com as audições previstas para o dia 17/10. Defendeu depois que o Governo não se furtou ao diálogo, não há falta de informação disponível e a fórmula adotada visa equidade com a aplicação do descongelamento a nível das restantes carreiras da Administração Pública. Salientou ainda que o Governo atual se preocupou com a escola pública e concretizou várias medidas adotadas.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) manifestou concordância com a audição do Senhor Ministro da Educação, referiu que o Governo adotou uma decisão unilateral e informou que o BE vai solicitar a apreciação parlamentar do decreto-lei em causa.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) considerou a audição pertinente.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS.

Foi depois consensualizado solicitar a disponibilidade do Senhor Ministro da Educação para a audição se realizar no dia 17/10, conjuntamente com as restantes 3 audições e passar o início da reunião para as 9h00.

8. Outros Assuntos

Foi consensualizado realizar uma reunião da Comissão no dia 16 de outubro, às 15h00, em que terá lugar a audição do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa e a audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior e outra no dia 17 de outubro, em que se realizará a audição do Ministro da Educação.

9. Data da próxima reunião

- 16 de outubro, 15h00
- 17 de outubro, manhã

A reunião foi encerrada às 13:44 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de outubro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Pedro Pimpão
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Elza Pais
Pedro Coimbra
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuela Tender
Sandra Pontedeira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Nilza de Sena
Pedro Alves
Porfírio Silva